

RIO DE JANEIRO, 15 DE MAIO DE 1979

Sarney recebeu orientação para disparar a reforma partidária

BRASÍLIA — O presidente da Arena, senador José Sarney, admitiu ontem, pela primeira vez, a hipótese da extinção dos atuais partidos políticos. Ele ressaltou, porém, que "o governo jamais poderia abrir mão de sua estrutura partidária e da maioria parlamentar que detém, uma vez que seria absolutamente inconseqüente qualquer medida que pudesse afetar ou tornar difusão a superioridade de que dispõe no Congresso".

O dirigente partidário recebeu ontem pela manhã, do Governo, através do ministro da Justiça, Petrônio Portella, com quem esteve em audiência, a tarefa de promover a reforma partidária no País, assumida, assim, oficialmente pelo Governo. Essa revisão pode ocorrer, segundo informou, com a transformação dos partidos, através da mudança de nome e de sua estrutura, a criação de novas agremiações ou com a extinção das atuais, "um processo mais radical". Ele ressaltou que tudo será feito através de consulta ao partido, porque "o Governo não quer impor decisões" e já insinuou uma das fórmulas pelas quais poderão ser eliminados Arena e MDB da cena político-partidária: o fato de terem sido criados, através de legislação excepcional, como agrupamentos provisórios e não terem satisfeito exigências formais para sua permanência, após a revogação do AI-5.

Ao receber ontem à tarde os jornalistas, Sarney, assinalou que não há entre ele e o ministro da Justiça nenhuma divergência em torno da reformulação partidária: "em primeiro lugar devo registrar que, em nenhum momento, o senador Portella disse que já havia decisão tomada pela extinção dos partidos. O que ele tem dito é que tem recolhido de alguns de seus interlocutores a interpretação de que as atuais agremiações, criadas no período de exceção, poderão ser extintas, uma vez que existe uma discussão de natureza jurídica, segundo a qual elas não cumpriram, após a extinção do AI-5, algumas exigências para se transformarem em partidos de natureza formal. Discutiremos até alcançar o consenso das bases arenistas a respeito do assunto, razão porque não se pode excluir o exame de todas as hipóteses levantadas".

Ele comunicou ainda haver recebido, "através do ministro da Justiça, a incumbência de coordenar sondagens e de ouvir sugestões sobre a reformulação partidária. Não fechamos a porta a nenhuma hipótese levantada. Numa avaliação da situação, reconhecemos todos a aspiração da classe política para que haja uma reformulação partidária". Quanto à possibilidade de que a Constituição seja alterada para amenizar as exigências para criação de novas agremiações políticas, foi sucinto:

"Será assunto a ser debatido ao longo das consultas que empreenderei. Existe, liminarmente, o fato de que o governo jamais poderá abrir mão da estrutura partidária e da sua maioria parlamentar, uma vez que é absolutamente inconseqüente qualquer medida que pudesse afetar ou tornar difusa a superioridade parlamentar de que o governo dispõe no Congresso."

O dirigente da Arena reiterou que irá encaminhar consultas junto às bases "para sentir de que maneira vamos processar a reformulação partidária" e admitiu indiretamente atraso no envio da nova Lei Orgânica dos Partidos ao Congresso:

"Sem que haja aferição da opinião geral do partido, não poderemos pensar em qualquer modificação. O governo não quer impor decisão nem deseja excluir qualquer alternativa."

Sarney admitiu, sem muito entusiasmo, a possibilidade de ouvir o MDB sobre o tema:

"Numa primeira etapa, devemos consultar as bases da Arena. É possível tenhamos de ouvir não só o outro partido como as diversas correntes de opinião pública, desejosas de participar da atividade político-partidária."